

É muito importante que estejamos atentos a isso. Nós, do Congresso Nacional, que temos a responsabilidade de acompanhar de perto as ações internacionais do Governo brasileiro, precisamos dizer muito firmemente ao Governo dos Estados Unidos que não podemos admitir quaisquer interferências de natureza militar, procurando envolver os governos do Peru, Venezuela, Argentina, Equador, Brasil, em decorrência do que se passa hoje na Colômbia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui a excelência da reportagem publicada na penúltima edição da revista *Época* – “No País da Guerrilha” –, de Eumano Silva e Alexandre Santana. A matéria trata do funcionamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que hoje já controlam um território de tamanho equivalente ao do Estado do Rio de Janeiro, preparando ataques a cidades ou quartéis.

Saliento também o artigo publicado na *Folha de S. Paulo* por Emir Sader, Professor de Sociologia da USP e comentarista especializado em assuntos internacionais da *Globo News*, que escreveu “O Poder, Cadê o Poder?”. Diz o articulista:

Quem não quiser falar da hegemonia norte-americana deve se calar sobre os principais problemas do mundo nesta virada de século. O governo brasileiro demonstra interesse em participar de algum tipo de iniciativa internacional em relação aos problemas na Colômbia. Seria bom, até porque já existe uma intervenção militar real dos EUA, com instrutores, aviões e armamento, num ritmo crescente; configura-se uma internacionalização do conflito.

A política norte-americana de tentar caracterizar os movimentos insurgentes como “narcoguerrilhas” e a advertência, por parte de Washington, sobre os “riscos” do canal do Panamá (agora que foram obrigados a entregá-lo à soberania panamenha) e a situação instável da Venezuela fazem parte da caracterização de uma espécie de “área de risco” no norte da América do Sul, da qual a Colômbia seria o epicentro. O País conteria duas das possíveis causas de intervenção da OTAN, segundo a nova doutrina militarista desse organismo, formulada pelo fundador da “terceira via”, o premiê inglês Tony Blair. As consultas dos Estados Unidos a governos como o argentino, o peruano, o equatoriano e o brasileiro a respeito de uma eventual intervenção de tropas

estrangeiras complementam o quadro de militarização dos conflitos.

Se o Brasil quiser desempenhar um papel positivo no caso colombiano, tem de se dispor a enfrentar o hegemonismo norte-americano (para não falar em “imperialismo”, embora seja tipicamente o caso). Sem isso será melhor ficar calado – mesmo ao preço de perder ainda mais espaço internacional – do que repetir o vexame da guerra na Iugoslávia, em que, 40 horas depois de uma declaração contrária à intervenção da OTAN, o representante brasileiro na ONU votou a favor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não pode ficar calado. Dada a internacionalização dos movimentos que ocorrem na Colômbia e nos países vizinhos, temos que expressar nossa opinião. E considero muito importante que o Governo brasileiro esteja atento, disposto a colaborar para uma solução pacífica do conflito interno da Colômbia, relacionado a problemas que, em grande parte e até em maior gravidade, existem no Brasil. Se na Colômbia a desigualdade e a pobreza levaram parcela enorme da população a optar pela revolução por meio da luta armada, das guerrilhas, sabemos que a situação de desigualdade no Brasil é mais intensa. E aqui há uma verdadeira guerra civil do ponto de vista de assaltos, seqüestros, crimes de diversas naturezas, decorrentes sobretudo da intensa desigualdade e das precaríssimas condições de grande parte dos brasileiros, que os levam a não encontrar outro caminho para a sobrevivência senão o da marginalidade.

Na Cimeira, encontro de Chefes de Estado realizado no Rio de Janeiro ao final de junho, o Presidente de Cuba, Fidel Castro, fez uma pergunta aos demais 48 chefes de Estado ali presentes, sobretudo àqueles que pertencem à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Embora os Estados Unidos não estivessem ali representados, estavam alguns dos principais primeiros-ministros de nações européias, como a República Federal da Alemanha, a França, os países escandinavos e outros. A pergunta fundamental de Fidel Castro foi: “Como pode a OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos da América, ter lançado sobre um país relativamente pequeno como a Iugoslávia nada menos do que 23 mil bombas e mísseis, para tentar persuadir o governo iugoslavo a não fazer qualquer tipo de perseguição étnica contra um segmento da população daquele país? Será que não poderiam os Estados Unidos da América e os países da

OTAN utilizar de outros meios que não os bélicos, para tentar persuadir o governo da Iugoslávia a mudar de atitude? Será que, no limiar do século XX, ainda precisamos recorrer a esses instrumentos bélicos? Não poderão os povos da humanidade aprender melhor dos movimentos que comprovadamente já mostraram que é muito melhor o uso da não-violência para se modificarem situações? Já não demonstrou Mahatma Gandhi, ao conseguir a independência da Índia por meios não violentos, dar grandes demonstrações à humanidade de que esse caminho é eficaz? Os próprios norte-americanos, será que não aprenderam as lições de Martin Luther King que, ao longo dos anos 50 e 60, pôde demonstrar, na prática, que o uso da não-violência é capaz de se tornar um instrumento de extraordinário poder de persuasão, quando claramente ao lado da razão; é claro que, por vezes, as nações precisam se defender de ataques realizados por instrumentos bélicos. Mas muito há que ser feito antes de se utilizar deste poderio.

Prossigo na análise e na contribuição de Emir Sader, que levará todos a pensar melhor.

No caso colombiano, a primeira coisa a fazer é estabelecer um mecanismo continental que se ocupe do problema, que retire dos EUA e da OTAN o monopólio sobre ele. É necessário suspender imediatamente a política das 'certificações' que os EUA se dão o direito de conceder de forma unilateral. Uma comissão da OEA poderia julgar, de forma equânime, o andamento das políticas de combate ao narcotráfico – incluindo as do governo norte-americano, já que se sabe que 80% da cocaína produzida no continente tem como destino a demanda do mercado dos EUA. Ao mesmo tempo, não há ninguém importante comprometido com o tráfico de drogas encarcerado nos Estados Unidos, seja por entrada ilegal no território norte-americano, seja por lavagem de dinheiro, o que demonstra incompetência e/ou conivência das autoridades do país.

Os traficantes internacionais ficam com 80% dos lucros obtidos. Mesmo assim, os camponeses da Colômbia, do Peru, da Bolívia ganham com a produção de folha de coca cem vezes mais do que obteriam se se dedicassem a outros cultivos. Assim, se não houvesse a demanda do maior e mais rico mercado no mundo por drogas, se o Governo dos Estados Unidos acabassem com ela,

o problema estaria solucionado dentro do próprio território norte-americano.

Sr. Presidente, sei que não é fácil acabar com o narcotráfico, por tratar-se de algo que desafia os mais poderosos tipos de repressão. Há que se pensar em formas inteligentes de prevenir, educar e alertar sobretudo os jovens com relação às consequências da utilização das drogas.

Ouviremos, daqui a instantes, na Comissão de Assuntos Sociais, o depoimento do Dr. Drauzio Varella, uma das maiores autoridades nas inúmeras campanhas e na orientação sobre como prevenir a utilização de drogas, com uma extraordinária experiência de dez anos de trabalho na Casa de Detenção do Complexo Penitenciário Carandiru.

Prossigue ainda Emir Sader:

Com sua proverbial política de exteriorização de seus problemas e diabolização dos que eleva à categoria de adversários, os Estados Unidos se livram das maiores responsabilidades pela produção e pelo tráfico mundiais de drogas e ainda fortalecem sua dominação política e militar, intervindo com suas tropas em outros países (como já são os casos de Peru, Bolívia e Colômbia). Uma política nessa direção, centrando o combate no mercado consumidor, prestaria um serviço relevante a todos os países que, de uma forma ou outra, se vêem afetados pelo tráfico.

O prestígio internacional do Brasil se debilitou muito nesta década. De nação com um potencial de liderança internacional passou ao quase anonimato, decepcionando todos os países que olhavam para nós, esperançosos.

A concessão do controle da Amazônia à Raytheon (a mesma que produz os famigerados foguetes Tomahawk), o papel vergonhoso do embaixador brasileiro na crise da Embaixada do Peru, a mudança de posição sobre a guerra na Iugoslávia, a assinatura do acordo com o FMI, o enfraquecimento do Mercosul em favor da ALCA e, principalmente, a desapareição de um discurso que retome com força os graves problemas da humanidade neste final de século configuram uma política externa provinciana, corporativista, subserviente aos Estados Unidos.

Se não for para enfrentar a hegemonia militarista norte-americana neste final de século, o melhor é o Brasil continuar reduzido

a essa passividade medíocre a que ficou submetida sua política externa, projeção de um governo que nos levou à integração subordinada aos capitais especulativos. É preciso buscar forças internas e externas para um novo bloco de alianças, que questione o militarismo da OTAN, das grandes potências capitalistas e dos Estados Unidos e reasuma uma política externa independente. O mundo e o Brasil estão precisados.

Assim conclui Emir Sader.

Li esse artigo, porque o considero um alerta importante para todos nós. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem tomado posições que ora parecem fazer parte de uma política externa assertiva e claramente de crítica à posição hegemônica dos Estados Unidos para, em seguida, tomar uma atitude que se assemelha à subserviência.

Preocupa-me a atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso que, em recente visita ao Peru, condecorando o Presidente Alberto Fujimori, segundo a revista **Época**, tem manifestado um certo interesse nessa internacionalização. Diz aqui Eumano Silva, da revista **Época**:

O Presidente Bill Clinton namora a idéia de juntar tropas de países sul-americanos numa força de intervenção militar capaz de impedir o transbordamento da guerra civil colombiana. A idéia tem a simpatia do Presidente do Peru, Alberto Fujimori, e é encarada com indulgência pelo argentino Carlos Menem. Mas esbarra em restrições formuladas pelo governo brasileiro.

É preciso que o Governo brasileiro seja mais assertivo e claro na sua posição. Fui testemunha de quando o Presidente Fernando Henrique até estimulou os Chefes de Estado dos países da OTAN na Cimeira do Rio de Janeiro a responder a questão formulada pelo Presidente Fidel Castro sobre o que eles achavam de, eventualmente, países da OTAN e os Estados Unidos fazerem com algum país das Américas o que fizeram com a Iugoslávia. Sua Excelência até disse – e eu ouvi, juntamente com os demais Senadores que ali representavam o Senado como observadores – que, quem sabe, na sessão reservada para os Chefes de Estado, poderiam estes responder à indagação formulada pelo Presidente Fidel Castro.

Mas, naquela reunião, eles acabaram não respondendo àquela indagação. Inclusive o Presidente Fidel Castro, ao terminar – o próprio Presidente Fernando Henrique me transmitiu, pois eu estava a três

metros do diálogo e não ouvi suas palavras –, agradeceu a atenção ao convite feito por ele para que todos refletissem sobre aquela indagação.

Gostaria que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fosse ainda mais incisivo; que alertasse o Governo dos Estados Unidos para o fato de não estarmos querendo ações militares internacionalizadas aqui no Brasil, na Colômbia, na Região Amazônica. Precisamos estar dispostos, sim, a dificultar que o Brasil passe por uma guerra civil por motivos de natureza socioeconômica, como a que já está ocorrendo – há tanto tempo – na Colômbia. Mas, para isso, é preciso que criemos as condições de uma nação verdadeiramente justa, dando prioridade à erradicação da pobreza.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de afirmar a minha admiração pelo pronunciamento que V. Exª faz. Trata-se de um assunto que acredito ser profundamente delicado, especial, que, sem dúvida, tomará conta dos grandes jornais a partir de agora. Refiro-me à situação de impasse que está vivendo a Colômbia, com o risco da iminente entrada do governo americano naquele país, de maneira mais ostensiva, bem como à situação diplomática delicada que o Governo brasileiro está vivendo para tomar uma decisão mais correta em relação a isso. Penso que tudo se agrava com a afirmação de que o governo americano se preocupa com o tráfico de cocaína vindo para o Brasil, por meio da Colômbia, quando todos sabemos que a lógica não é essa e, sim, que toda a América do Sul se preocupa com o fato de que o maior alimentador do tráfico de drogas na Colômbia tem sido, infelizmente, a população americana. Esse problema nos coloca, infelizmente, em uma situação diplomática que merece especial atenção, ainda mais quando lembramos a guerra na Iugoslávia, em relação à qual a Otan tomou uma decisão que preocupa a comunidade científica internacional, os pacifistas, aqueles que olham para a autodeterminação dos povos, que acreditam que estes devem construir sua própria história e defesa. Devemos alertar a Nação de que é impossível imaginar que a intenção verdadeira do governo americano, hoje, na Colômbia, não seja a ameaça à soberania do Brasil perante a nossa Amazônia. Então, espero que haja uma discussão mais ampla e profunda envolvendo todas as Nações da América Latina, do que V. Exª acaba de mencionar de modo muito emergente.

Como está vivendo a população pobre da América Latina? Como está vivendo a população afro-caribenha, os 60 milhões de negros da América Latina? Como estão vivendo os índios, as populações tradicionais? Ou nossa defesa é o investimento em política pública, em construção de direitos humanos, em desenvolvimento inteligente para as nossas regiões, ou estaremos à mercê da ameaça iminente de disputa e da cobiça internacional que envolve a Amazônia brasileira no próximo século. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Agradeço o aparte e as considerações de V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) (Faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas ouvir o Senador Gilberto Mestrinho, que já havia solicitado o aparte?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sem dúvida, a Mesa não privará a Casa de uma intervenção que está programada há bastante tempo. Apenas gostaria que V. Ex^a notasse que seu tempo já está esgotado há mais de três minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Respeitarei, Sr. Presidente.

Ouço V. Ex^a, nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, a oportunidade de participar do discurso que está proferindo e que é da maior importância diante da gravidade da crise que está passando a Colômbia. Efetivamente, há uma verdadeira convulsão social naquele país. Cerca de 70% do território colombiano estão ocupados pela FARC ou pelo Exército de Libertação Nacional, e há a influência dos paramilitares, que criaram o caos na Colômbia. A situação é muito difícil por lá. E nós brasileiros, que temos uma longa fronteira com a Colômbia, que vai da Cabeça do Cachorro, ao norte, até Tabatinga, no Amazonas, sofremos consequências, por isso a necessidade efetiva de o Governo brasileiro instrumentar as Forças Armadas, a fim de proporcionar uma presença maior na região, especialmente no Vale do Traíra, região para a qual os guerrilheiros, geralmente colombianos, quando açoitados, fogem. A outra preocupação é a de que essa influência não se espalhe no Brasil, porque o que se verifica no mundo, especialmente na América Latina, é que se estão fermentando os movimentos de sublevação. Há o caso de Chiapas,

no México, e o da Colômbia, bem como a subversão pelo voto na Venezuela.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, então, Senador, uma breve interrupção. Houve, na Venezuela, uma transformação pelo voto, o que precisamos procurar compreender em profundidade.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Concordo, mas não sabemos aonde isso vai chegar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É possível que se dê uma revolução.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Suplicy, V. Ex^a concedeu o aparte ou não?

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Houve subversão sob princípios. Apóio a votação na Venezuela, mas, se analisarmos friamente, está havendo um movimento totalmente fora dos parâmetros normais, que pode chegar a uma ditadura pelo voto. E nenhum de nós aceita a ditadura.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Esperamos que sigam o caminho mais saudável.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Sim, confiamos no povo venezuelano, que julgamos admirável. No entanto, no Brasil, a influência desses grupos é cada vez maior. Agora mesmo, anuncia-se a chegada a Belém do Pará, para um grande encontro nacional, do Comandante Marcos, o chefe dos Chiapas, com seu cachimbo, sua cara escondida. Tudo isso preocupa. E nós da Amazônia, desassistidos, vazios, com tantas proibições, menos da presença de atividades que não são do interesse nacional, gostaríamos que houvesse um esforço do Governo brasileiro de não se meter na questão e de fortalecer nossas fronteiras, resguardar a Amazônia, evitar que esse conflito se transforme naquilo que V. Ex^a diz: no primórdio de uma internacionalização. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Agradeço as informações de V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho, que enriqueceram o meu pronunciamento.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Na verdade, nobre Senador, V. Ex^a aborda essa questão de que os Estados Unidos são o maior consumidor de drogas. Deviam os Estados Unidos preocupar-se com esse consumo primeiro. Muitas vezes, vê-se essa interferência na Amazônia e se sabe que existem outros interesses "por baixo do pano". Já fiz várias denúncias aqui, chamei, inclusive, a atenção da Presidência e do sistema de segurança quanto à

Amazônia, e hoje se vêem essas ameaças. Por outro lado, estive no Acre na semana passada e vi a alegria do povo acreano em receber a visita do Presidente da República naquele Estado. Penso que é a primeira vez em que um Presidente da República vai visitar o Acre. Com essas preocupações, a Amazônia terá até meios para se desenvolver, aproveitar este momento. O Governo deve investir. Como disse o nobre Senador Gilberto Mestrinho, vivemos abandonados naquela região. Sempre que o Governo Federal quer usufruir da Amazônia, dá como aval os recursos que entram no Brasil e os aplica em outras regiões. Pode ser que, a partir de agora, o Presidente da República, com sua política voltada para o âmbito federal, dê mais atenção à Amazônia. Todos querem — e isto é obrigação do Presidente — anular, impedir o narcotráfico que existe naquela região. Como isso será resolvido? Com a segurança fortalecida, com o emprego, com o desenvolvimento. Esperamos que o Presidente olhe para esses aspectos e dê a atenção que nós, da Amazônia, merecemos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espero que o Presidente da República não apenas demonstre grande interesse pelo desenvolvimento da Amazônia, mas também possa estar inspirado das ações exemplares do Governador Jorge Viana — com quem interagiu, juntamente com os Senadores Tião Viana, Marina Silva e Nabor Júnior, representantes do Acre nesta Casa —, a fim de que haja a preocupação sobretudo com a dignidade e com a sobrevivência do ser humano na Amazônia, com projetos que realmente garantam o seu desenvolvimento de forma mais equilibrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa)

Concedo a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, li um artigo muito importante no **Jornal do Brasil** sobre um assunto que alguns Senadores têm abordado nesta Casa. Gostaria, mais uma vez, de deixar registrada a minha preocupação.

Trata-se do limite das águas, Sr. Presidente. Um dos maiores desafios da humanidade será, sem sombra de dúvida, no próximo milênio, a questão dos recursos hídricos. Sabemos que nos últimos 20, 30 anos, cada ser vivente na Terra deixou de contar com cerca de um terço da água que dispunha.

O Brasil, felizmente, é privilegiado em relação a esse recurso. Estima-se que 20% das águas de todos os rios do planeta despejadas no oceano provém do rio Amazonas. Algumas estimativas dão conta de que só a Região Amazônica concentra 30% da água de todo o planeta. O Senador Gilberto Mestrinho, um dos maiores conhecedores do assunto e daquela região, fala em 32%, mas creio que esta estimativa seja um pouco otimista. Oxalá tenhamos esses 32%.

Há algum tempo, vários países já se preocupam com seu potencial hídrico. Temos informações de que a Austrália estaria comprando do Canadá alguns bilhões de metros cúbicos de água doce. Cerca de 23 países, dentre eles Bélgica e Holanda e países do Oriente Médio, enfrentam o problema da falta de água.

Para exemplificar, a China tem cerca de 22% da população mundial e dispõe somente de 8% da água do planeta. A Índia tem o mesmo problema: pouquíssima água para a sua população. Notem que falo dos dois países mais populosos do mundo. Os Estados Unidos também enfrentam problemas com a água, sobretudo os Estados do Texas e da Califórnia.

O problema do petróleo preocupa-nos muito, mas, neste momento, Sr. Presidente, queremos falar da pouca importância que se dá a esse recurso vital. Talvez por ser insípida, inodora, incolor e acreditamos que a água existe em abundância e sua fonte é inesgotável.

O artigo a que me referi informa que, para se lavar um carro, uma mania do brasileiro, jogamos fora cerca de 150 litros de água; uma torneira pingando ininterruptamente à noite desperdiça cerca de 46 litros de água; com um chuveiro funcionando durante três minutos, 50 litros de água são jogados fora. E até a CEDAE – Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro, segundo o artigo, desperdiça cerca de 50% da água que ela trata e beneficia.

Não temos o costume de controlar o consumo de água. Sr. Presidente, em meu Estado não há falta de água, pelo menos na grande maioria de seu território, mas o sudeste do Tocantins, que coincide com o nordeste de Goiás e com o oeste da Bahia, é uma região árida e com poucos recursos hídricos e sempre nos preocupou. Além disso, a cada ano que passa a água está diminuindo.

No ano passado, a precipitação, na maioria dos Estados brasileiros, inclusive no Estado de Tocantins, foi muito pequena devido ao fenômeno El Niño. No decorrer deste ano, tivemos chuva em abundância. Senão em excesso, pelo menos na quantidade que esperávamos, o necessário para se tocar as lavou-

ras, as pastagens. Choveu bem em nosso Estado. Choveu até o mês de maio, junho. A chuva começa no meses de outubro, novembro e dezembro, intensificando-se em fevereiro e março. Mas nós observamos que os mananciais, em julho, já estavam secos. Neste ano, haveria muita chuva por causa do La Niña, fenômeno inverso ao do El Niño.

Sr. Presidente, a população mundial está aumentando muito: são 6 bilhões de habitantes. Estima-se que, daqui a 30 ou 40 anos, haverá 8 bilhões de habitantes. Cada um terá seu quinhão de água. Desperdiça-se muita água com a contaminação; não só das grandes cidades que são poluídas pelos esgotos, mas também a contaminação dos grandes mananciais por meio do mercúrio e outras substâncias químicas utilizadas nos garimpos.

É chegada a hora de se fazer uma legislação muito rigorosa no que concerne ao desperdício de água em nosso País. O Brasil é privilegiado, mas aqui a água é mal distribuída. Segundo reportagem que li, também Recife necessitou de água potável por aumento da população com o turismo. Essa água chegou de navio.

Um outro aspecto importante é que a água está diminuindo em virtude da contaminação. E essa reportagem assegura que ligar uma casa à rede de água custa US\$ 450 e conectá-la à rede de esgoto, US\$ 780.

São vários os fatores que contaminam e provocam desperdício de nossa água, provocando sua diminuição gradativa. Vivíamos num Estado de abundante em água, e temos observado que a cada ano os mananciais estão secando cada vez mais cedo, talvez pela devastação das matas.

Lembro isso para enaltecer o trabalho do eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Mês passado tive a oportunidade de participar de um programa da construção de cacimbas. Com ele, o Governo pretende construir, em um mês, quatro mil cacimbas para socorrer a população do sudeste do nosso Estado.

Gostaria, portanto, de cumprimentar o Governador Siqueira Campos, que comprou as máquinas específicas para o desenvolvimento desse trabalho. S. Ex^a está iniciando uma campanha muito intensa com a colaboração dos proprietários rurais, que sempre pagam pelo menos o combustível das máquinas. Então, há essa parceria do Governo do Estado com os proprietários rurais do meu Estado. Já observamos os resultados positivos dessa construção maciça de cacimbas. Posteriormente, construiremos milhares e milhares de cisternas na região sudeste do nos-

so Estado, a região mais árida, mais seca. Também é desejo do Governador Siqueira Campos fazer barramento nos rios menores com o intuito, principalmente, de perenizar esses mananciais.

Sr. Presidente, sobre esse grande problema sobre o qual haveremos de nos debruçar no decorrer do século que se avizinha, sugiro ao Governo e ao Congresso Nacional que formulem políticas, que façam uma legislação compatível com essa previsão de insuficiência de água potável num futuro próximo.

A pretexto dos 32%, dos 20% de água doce que o rio Amazonas deságua no oceano, gostaria de dizer que também me preocupo com essa situação da Colômbia. Os Estados Unidos dizem que o narcotráfico está se tornando intolerável, já mandou algumas missões para dialogar com a Colômbia, mas tenho informações fidedignas, de uma delegação que esteve recentemente nos Estados Unidos, de que é intenção daquele país montar um aparato bélico, uma base, quem sabe, na divisa do Brasil com a Colômbia, para pôr fim a essa questão do narcotráfico. Temo que, por trás disso, existam outras intenções, talvez relacionadas com essa questão da água e da cobiça pela Amazônia, que sabemos existir em todo o mundo.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Pois não.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a aborda o problema da água no mundo, que, efetivamente, é preocupante. Como V. Ex^a disse, no Nordeste, existem Estados que estão abaixo do mínimo necessário, em termos de disponibilidade de água para suas populações. São eles: Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba e até Pernambuco. Também referiu-se à falta de controle de perdas do sistema de água nas cidades, o que é um fator importantíssimo. As cidades brasileiras, em média – e isso não acontece só no Brasil, mas no mundo inteiro –, perdem de metade a 2/3 da água tratada, quando há água tratada, nas tubulações a caminho das residências. É um desperdício muito grande. Mas o importante é que a água vai ser a grande **commodity** do futuro. Se levarmos em conta que o rio Amazonas joga no oceano seis milhões de metros cúbicos de água potável por segundo e que temos uma reserva muito grande, formada pelo degelo anual nos Andes, algo entre 80% a 90% – as chuvas são de pouca importância na formação do regime de rios da Amazônia –, veremos a quantidade de riqueza que é salinizada a cada segundo. Então, imaginem: se foi possível construir a Transiberiana para trans-

portar o petróleo, se é possível trazer o petróleo do Alasca para ser consumido, será muito fácil canalizar essa água para o centro desenvolvido e utilizar a água da região Amazônica como suprimento para as deficiências universais. Além disso, há uma quantidade muito grande – e isso é comprovado – de água subterrânea no Brasil. A Região Nordeste, que padece com secas freqüentes, situa-se sobre imensos lençóis freáticos. O que faltou até hoje foi coragem de enfrentar esse problema. Acidentalmente, a Petrobrás, ao fazer um furo em Mossoró, encontrou um grande lençol de água a 700, 800 metros de profundidade e que, até hoje, abastece a cidade com água potável. Então, concluo que racionalmente seria muito mais importante para o Nordeste, por meio da Petrobrás, procurar água que petróleo, que é difícil de se encontrar naquela terra árida; água, com certeza, encontra-se. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Senador Gilberto Mestrinho, sou eu quem agradece a participação brilhante de V. Ex^a no meu pronunciamento, apresentando sugestões para solução do problema, sobretudo, em função do conhecimento vasto que tem V. Ex^a sobre esta matéria. Concordo com V. Ex^a – até assisti, outro dia, ao programa do Ratinho, que está patrocinando a abertura de poços no Nordeste por preços irrisórios.

Ficamos preocupados quando ouvimos dizer que está faltando água, que essa questão nunca foi resolvida no Nordeste. Por que até hoje não se desenvolveu uma política que minimizasse o problema daquele povo, já que, conforme V. Ex^a assegura, o lençol freático do Nordeste é muito amplo, tendo água em abundância?

Nobre Senador Gilberto Mestrinho, estamos trazendo esse problema à baila, porque, hoje, a grande riqueza do mundo é o petróleo, são os combustíveis fósseis. Estamos vendo, no Brasil, a diminuição da popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o povo insatisfeito. Tudo se deve, sobretudo, ao petróleo – quando sobe o preço da gasolina, sobe o preço de quase tudo. Num futuro não muito distante, haveremos de dizer que o Brasil talvez seja o País mais rico do mundo, porque temos água em abundância e bastante acessível. Precisamos sim desenvolver políticas no sentido de bem aproveitá-la e, sobretudo, de bem conservá-la.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Pois não, Excelência.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Carlos Patrocínio, é um privilégio ouvir, nesta tarde, o pronunciamento importante que V. Ex^a faz a respeito da problemática das águas e do que ela representará para a humanidade no próximo século. É também um privilégio ouvir o experiente Professor Gilberto Mestrinho, permita-me chamá-lo assim, nosso ilustre colega e Governador já por tantas vezes do Estado do Amazonas, que é um profundo conhecedor também dessa questão. Já fiz, Senador Carlos Patrocínio, igualmente o que faz V. Ex^a nesta tarde, um alerta, um pronunciamento falando especificamente da questão do uso múltiplo das águas, que é o grande desafio do homem para esse próximo século. A ONU recentemente divulgou uma pesquisa, na qual considera a possibilidade de guerra em meados do próximo século em função da água. E disse ainda, em pronunciamento recente, que o Brasil está entrando nesta grande disputa do mercado globalizado com suas armas mais fracas. Se formos lutar com a moeda brasileira, seja qual for a sua denominação, estaremos sempre perdendo nessa grande ciranda financeira internacional. E qual é a nossa grande arma? Esse potencial, a biodiversidade. Como V. Ex^a disse tão bem, detemos 20% das águas doces de todo o Planeta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Trinta e dois por cento, segundo o nosso professor.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – É estratégica a condição do nosso País, mas é preciso que isso seja colocado na mesa. Temos de entrar com essa riqueza, com esse potencial, no debate internacional, e não com a nossa moeda, porque perderemos, como perdemos sete bilhões e meio com apenas uma canetada do terceiro escalão do Banco Central, e não conseguimos sequer uma medida que viesse a colir isso. Senador Carlos Patrocínio, lá no Tocantins, assistiremos à construção de seis grandes novas hidrelétricas, depois das de Tucuruí, Serra da Mesa, Luis Eduardo Magalhães. Isso fará do nosso Estado um dos maiores reservatórios de água do mundo. Portanto, já que há no Tocantins todas essas questões ambientais que impedem até os estudos de um financiamento e de melhor utilização do rio – como salientou aqui o Senador Gilberto Mestrinho –, temos realmente de estar atentos, vigilantes, com relação a essa questão. Parabéns V. Ex^a por trazer esse assunto ao Senado. Só agora o Governo Federal criou a agência nacional que tratará dos recursos hídricos. Quem cuidava do galinheiro era a raposa. Afinal de contas, deixar a água entregue a quem quer usá-la apenas na irrigação ou na geração de energia elétrica significa diminuir o debate sobre a água. Que

não venhamos a discutir aqui, um dia, a privatização da nossa água. Seria realmente abandonar de vez a perspectiva de um futuro que temos em relação a isso. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a pela importância do seu pronunciamento. Espero que esta Casa esteja sempre atenta e discuta essa questão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço-lhe, eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, a contribuição que V. Ex^a confere ao nosso despretensioso pronunciamento.

Tive oportunidade de homenagear nosso grande Governador Siqueira Campos, que executou o projeto das cacimbas, das cisternas, bem como o da perenização dos mananciais da região sudeste do nosso Estado. A cada ano que passa, diminui o volume das águas. Sobrevoamos toda essa região e tivemos oportunidade de ver apenas dois mananciais: o rio Peixe e o rio Manoel Alves. Todos os outros mananciais secaram. O Governador Siqueira Campos está se antecipando à problemática da água. E o que é importante, e V. Ex^a ressaltou com muita propriedade, é que nós ainda vivemos num Estado privilegiado. As duas grandes artérias: o rio Tocantins e o rio Araguaia, que se encontram lá no Bico do Papagaio, estão propiciando a construção de inúmeras hidroelétricas. Seis ou sete serão construídas nos próximos vinte anos. Há algumas semanas, solicitei ao eminente Deputado Aroldo Cedraz, que desse andamento ao projeto de lei de nossa autoria que estabelece a obrigatoriedade de construção de eclusas nos rios comprovadamente navegáveis e estabelece a obrigatoriedade de fazer escada para peixe, para reprodução, e também a obrigatoriedade de manter os lagos de reprodução.

Creio que, assim procedendo, daremos grande contribuição ao nosso País. Mas, infelizmente, a tramitação dos projetos é muito demorada.

Haveremos de fazer, conforme preconiza o Governador Siqueira Campos, uso múltiplo das águas.

Sr. Presidente, era esse assunto que gostaria de trazer para a reflexão dos nobres Pares nesta tarde. Esse problema já existe e tende a se agravar. Por isso entendo que deve constituir preocupação para todos os membros desta Casa e do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim, por permuta comigo.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero aproveitar esta oportunidade para registrar que na semana passada no Estado de Rondônia, especialmente na cidade de Ariquemes, foi realizada a Semana do Produtor Rural, organizada pela Ceplac, representada em âmbito nacional pelo Dr. Hilton Duarte. Desse encontro participaram várias autoridades, deputados, senadores, governadores e também Dr. João Valério, que coordena, com grande sucesso, esse projeto da Ceplac no Estado de Rondônia.

Há pouco tempo, fiz uma visita à Bahia e desta tribuna registrei o que vi em Itabuna e em Ilhéus, onde a cacauicultura estava sendo reativada, devido à técnica, à boa vontade e ao esforço da Ceplac. Falei, naquela época, das dificuldades que tinham os fazendeiros para se reabilitarem perante os bancos, pois não podiam pagar as suas dívidas, agravadas pela cobrança de juros extorsivos. Assim, a Ceplac não conseguia implantar o seu projeto de melhoria da cacauicultura na região que mais produziu cacau no Brasil.

Hoje estamos vendo em Brasília esse movimento dos agricultores, que, junto com os caminhoneiros e outras classes, reivindicam do Governo atenção maior para quem trabalha na área rural. Vejo com bons olhos esse movimento.

Espero que o Presidente da República não deixe para resolver esse problema dos agricultores na última hora. Eles têm razão quando alegam que estão perdendo seu patrimônio e seu crédito. Embora sejam minoria, são justamente essas pessoas que mais produzem hoje no País, pois já sabem trabalhar, mas infelizmente o patrimônio delas está penhorado na rede bancária. O Governo Federal deve dar atenção especial aos agricultores. Em resolvendo o problema deles, evidentemente, estará resolvendo o problema do Brasil.

Cito, como exemplo, um fato que diz respeito à minha pessoa. Sou agricultor em Rondônia. Há quatro anos, com financiamento do Banco do Brasil, comprei um trator por R\$48 mil. Paguei dois terços da dívida. Não pude à época concluir o pagamento, e hoje devo cerca de R\$200 mil, sendo que o trator hoje não vale R\$20 mil. Vejo, com tristeza, a situação do povo brasileiro que trabalha na área da agricultura. Por essa razão, acredito que é o momento de nós políticos nos juntarmos aos agricultores que vieram a Brasília, pois naquele primeiro encontro que aqui realiza-

ram, alguns líderes, com intenção talvez de abafar o movimento em prol de alguns pretendentes políticos, não quiseram que os políticos se juntassem ao movimento, e o fracasso foi total. Assim, cabe, neste momento, um movimento nacional em favor da melhoria do crédito para a produção, para os agricultores.

Disse o Ministro da Agricultura que a programação do Governo Federal é no sentido de criar uma estratégia, a fim de que até o ano 2002 possam ser arrecadados R\$100 bilhões com a exportação. Sabe-se que o Ministro espera que, dessa quantia, R\$45 bilhões sejam oriundos da agricultura, ou seja, da produção. O Governo precisa investir hoje para atingir o objetivo principal do Ministro da Agricultura. S. Ex^a, o Ministro da Agricultura, ao tomar posse, disse que quer elevar a safra deste ano a 100 milhões de toneladas. Sabemos, contudo, que, com o programa do Governo Federal que aí existe, dificilmente vamos alcançar as metas de S. Ex^a de aumentar a produção. A participação da agropecuária em nosso Produto Interno Bruto é da ordem de U\$358 bilhões, contra U\$71 bilhões do comércio, U\$37 bilhões da química e petroquímica, U\$26 bilhões da indústria automobilística, U\$21 bilhões da metalurgia e U\$14 bilhões dos eletrônicos.

De 1986 a 1987, o crédito agrícola atingiu o volume de US\$33,2 bilhões. De 1987 a 1988, caiu para US\$26 bilhões, chegando a US\$9,4 bilhões, em 1994; e, finalmente, ao fundo do poço, em 1998/1999, com US\$7,6 bilhões.

Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Presidente Fernando Henrique deseja aumentar a produção agrícola destinando, neste ano, para o setor, a pequena importância de US\$13 bilhões, ao passo que, em 1987, esses recursos chegaram a R\$33,2 bilhões. Isso demonstra que o Governo Federal nada fez pela agricultura, principalmente nos últimos quatro anos, quando deixou cair a R\$7,6 bilhões os investimentos na área. O Governo Federal não fez sequer um projeto para desenvolver este País, que tem tantas áreas de terra agricultável, que tem onde produzir, sem contar com a Amazônia, a qual, apesar dos seus 350 milhões de hectares, o Governo Federal não tem levado em conta quando da destinação de investimentos na Região Norte.

Esperamos que o Governo Federal dê prioridade a determinados segmentos, como a pecuária, cujo setor exportou, no ano passado, US\$800 milhões, com investimentos, com o controle sanitário, para abrir a possibilidade, para vários Estados, de exportarem carne para outros países, elevando essa exportação

para mais de um bilhão de dólares, ajudando, com isso, a balança de pagamentos.

A fruticultura brasileira, em 1998, exportou US\$220 milhões. Com nossas terras férteis, esse é um setor com grande potencial de crescimento.

Entretanto, o Governo Federal não se interessa em fazer investimentos nessas áreas, que são muito promissoras. Os pecuaristas não querem arriscar a tomar dinheiro nos bancos, pois são levados à loucura, à perda de todos os seus bens. Ainda ontem, o Jornal Nacional mostrava o caso de um pecuarista que, para comprar seis cabeças de gado, tomou emprestado e hoje deve R\$20 mil.

Em meu Estado, Rondônia, muitos dos agricultores que foram ao banco buscar recursos do FNO, lamentavelmente, estão perdendo suas terras. Amanhã, a continuar a política governamental para o setor, estarão morando debaixo de uma ponte.

Nos frigoríficos do País, vemos um abate de matrizes sem precedentes. Ao terminarem o abate, podemos observar grande quantidade de bezerras, de fetos jogados fora, porque não há uma política para se reter as matrizes. Não existe possibilidade de um pecuarista ir ao banco buscar recursos a fim de segurar as matrizes, que, por causa da crise econômica que vigora no País, acabam sendo levadas ao abate.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o meu Estado tem um rebanho bovino de seis milhões de cabeças, com condição de absorver mais dois milhões de cabeças, mas não estamos tendo os recursos necessários para investir na retenção das matrizes ou no melhoramento do rebanho. E isto não acontece somente no Estado de Rondônia, mas em todo o Brasil; cito Rondônia porque convivo dia a dia neste setor. As áreas de pastagem, agora no verão, serão queimadas, o que gerará mais poluição, dificuldade para pouso e decolagem das aeronaves e também a perda de renda e alimentos, porque as pastagens, que representam o alimento e o lucro do fazendeiro, estarão sendo transformadas em cinzas e poluição.

Já que tanto se fala em meio ambiente, deveria haver recursos não só da área econômica, mas também da área do meio ambiente com vistas a apoiar o produtor, o pecuarista, fazendo com que este pudesse ocupar as pastagens que estão hoje sendo perdidas por falta de uma política do Governo.

Tomara que, com a ida do Presidente Fernando Henrique à região Amazônica, talvez forçada pelas questões momentâneas de segurança nacional, já prevendo conseqüências maiores como a fragilização das fronteiras do nosso País, Sua Excelência

veja a real necessidade de se investir na região. Quem sabe o Presidente da República se arrependa de não ter equipado, como devia, as Forças Armadas, aumentando o seu efetivo, assim como ocorreu com a Polícia Federal. Nesse particular, apresentamos aqui sugestões de combate ao narcotráfico, como a instalação, em cada cidade, de grupos da Polícia Federal, que convivessem com a sociedade local, contando com o apoio do Governo. Talvez, agora, o Presidente Fernando Henrique, repito, perceba a necessidade de investir alguns centavos na Amazônia, que está abandonada.

Tenho sempre dito que o Governo Federal só se lembra da Amazônia quando quer pôr a mão em recursos estrangeiros, trocando-a por algumas migalhas do FMI e do G-7, penhorando a região.

Na semana passada, em visita ao Estado do Acre, pude ver a euforia dos acreanos em receberem, pela primeira vez, um Presidente da República. Tomara que o Presidente não vá àquele Estado com as mãos abanando, mas que, antes, leve recursos para a complementação das rodovias em obras, ajudando no desenvolvimento da Região Norte do nosso País.

Quanto à questão mencionada há pouco por um Senador, o narcotráfico na Amazônia, na Região Norte, fala-se no assunto a todo minuto, mas ninguém vê o Governo Federal tomar uma posição no sentido de coibir o narcotráfico em nossa região. Sabemos que, na Bolívia, há a interferência americana, transferindo para aquele país recursos, liberando financiamentos no intuito de desviar a atenção dos produtores do vegetal matéria-prima da cocaína. O Governo busca recursos para apoiar a diversificação da agricultura – o plantio do café, da soja –, procurando envolver as pessoas no desenvolvimento.

Não se combate o narcotráfico na Região Amazônica ou na Região Norte só com conversa. O narcotráfico se expande por falta de emprego, por falta de opção e de investimentos. Jovens e mais jovens hoje surgem no mercado de trabalho e não têm opção de emprego. Desesperados, jogam-se no mundo criminoso. Deveriam, entretanto, poder contar com investimentos por parte do Governo Federal para desenvolver a região, com o aproveitamento da madeira, do subsolo e da agricultura de um modo geral.

O que receberemos na Amazônia? Receberemos o policiamento do meio ambiente, que está lá prendendo agricultores, fechando serrarias, espalhando o terror. Com aparato policial agem contra pessoas incautas que ali estão, às vezes, usando os recursos naturais para sua sobrevivência.

Ninguém vê o Governo Federal enviar técnicos que lhes mostrem as oportunidades que o BNDES, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia podem lhes oferecer em investimentos para gerar emprego. O que se vê é policiamento!

Em vez de enviar esses policiais para perseguirem quem está trabalhando na Amazônia, aconselho o Presidente da República a reuni-los para que combatam o narcotráfico, ocupem as fronteiras do País, dêem a ajuda necessária às Forças Armadas e implantem o Sivam o mais rápido possível. O narcotráfico acabará, de uma hora para outra, se houver mais seriedade por parte do Presidente da República, colocando lá um sistema de vigilância, a Polícia Federal assistida e apoiada pelo Governo Federal e não – repito – com conversa, com lábia.

Há tempos, em Manaus, o Presidente da República disse que criaria o Banco do Povo para atender o pequeno produtor da Amazônia. Não criou Banco do Povo nenhum! Sua Excelência e sua Equipe estão preocupados, agora, em acabar com o Banco do Brasil, vendê-lo a preço muito inferior ao seu valor, quase de graça, como fez com as empresas estatais que produzem. Acabando com o Banco do Brasil estará, mais uma vez, decretando falência. Existem conversas de que há linhas de crédito aqui e acolá.

Nesse encontro em Rondônia, na Ceplac, eu disse que o Governo Federal devia colocar gerentes de banco com autoridade e autonomia para decidir, a fim de que o agricultor, quando fosse ao banco procurar o gerente, fosse orientado e lhe fossem colocadas à disposição as linhas de crédito, visando ao financiamento. Sabe-se que, nessas regiões, principalmente na Região Norte, o agricultor nem mesmo é atendido pelo gerente de banco, chegando a ser escorraçado da porta da instituição e inibido para que desista do financiamento.

Considero essa política, essa maneira de agir uma irresponsabilidade e um engodo. O Governo Federal precisa alterar tal postura. O próprio Presidente da República pode não ter conhecimento do dia-a-dia do produtor rural. Com todo o serviço de informações e fiscalização, deveria, porém, estar a par do fato de que os bancos oficiais nada fazem, nada fizeram e nada farão enquanto vigorar essa política econômica, essa amarração.

Espero que essa situação seja modificada, que ainda apareça alguém para tomar as rédeas deste País e fazer dele uma grande nação. O Brasil já agüentou tudo – já saquearam, já meteram a mão, já entregaram nossas empresas a troco de “banana”, de papel podre –, mesmo assim, o País certamente ain-